
**O ENFRENTAMENTO À SECA NO
NORDESTE:
A SOLUÇÃO HÍDRICA EM CAMPO
MAIOR-PI NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950**

Ronaldo de Alvarenga

Especialista em Gestão Pública Municipal (UESPI), Licenciado em História (UESPI). E-mail:

alvarengaronaldoalvarenga@gmail.com

O ENFRENTAMENTO À SECA NO NORDESTE: A SOLUÇÃO HÍDRICA EM CAMPO MAIOR-PI NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950**THE DRY COUNTRY IN THE NORTHEAST: THE WATER SOLUTION IN THE MAIN FIELD-PI IN THE 1940s AND 1950s**

Ronaldo de Alvarenga

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar as medidas adotadas pelo poder público municipal para enfrentamento da seca na cidade de Campo Maior-PI nas décadas de 1940 e 1950, período em que a prefeitura agiu com medidas de auxílio às atividades geradoras de riqueza e sustentabilidade econômica do município com a construção de barragens, açudes, poços e chafarizes nas áreas urbana e rural, com um sistema de soluções hídricas. Utilizamos como fontes leis, decretos e projetos de leis que tratam das medidas de combate à seca, além de obras de infraestrutura em Campo Maior nesse período. Os documentos consultados estavam disponíveis nos arquivos públicos da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal da referida cidade.

PALAVRAS-CHAVE:

Campo Maior, Seca, Poder Público.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the measures adopted by the municipal public power to face the drought in the city of Campo Maior-PI in the 1940s and 1950s, during which time the city government acted with measures to help generate wealth and economic sustainability municipality with the construction of dams, dams, wells and fountains in urban and rural areas, with a system of water solutions. We use as sources laws, decrees and bills that deal with measures to combat drought, as well as infrastructure works in Campo Maior in this period. The documents consulted were available in the public archives of the City Council and the City Hall of the said city.

KEY WORDS:

Campo Maior, Drought, Public Power.

INTRODUÇÃO

No contexto histórico nordestino, a seca é possível de ser prevista com um razoável grau de certeza. Há registros desse fenômeno natural no sertão nordestino desde a época colonial. Os meios de comunicação divulgam exaustivamente o fato mostrando os moradores das regiões afetadas à procura de água e comida; o gado definhando ao sol e rios transformados em valas secas.

Inspirados pelas paisagens típicas das zonas semiáridas, pelo clima seco marcante na vida e cultura dos brasileiros, em especial os nordestinos, que habitam esses cenários e espaços, os escritores regionalistas de 1930, tornaram o tema das secas uma constante em sua literatura.

Segundo Buriti & Aguiar (2008), esses literatos retrataram paisagens, culturas, modos de vida e de busca pela sobrevivência. Sua escrita constrói compreensões que vão muito além da ideia de vitimização dos nordestinos “sofridos”, “flagelados”, muito comuns no discurso veiculado por uma elite política que se apropriava das condições naturais/climáticas da região para se manter no poder. Esses escritores inovaram, atentando para as peculiaridades sócio-históricas e para as práticas cotidianas e engenhosidades dessas populações afim de garantirem sua sobrevivência em meio a esta natureza “adversa”.

Além da literatura, o tema das secas também é comum na produção cinematográfica brasileira. Como um desses exemplos, o filme *Vidas Secas* (1963). Nelson Pereira dos Santos se apropria da obra de mesmo nome do autor Graciliano Ramos para narrar o drama de uma família de retirantes composta por Fabiano, Sinhá Vitória, o Menino mais velho, o Menino mais novo e a cachorra Baleia, que pressionados pela seca, atravessam o sertão em busca de meios para sobreviver. Essa produção marcou profundamente a década dos anos de 1960, sendo uma das precursoras do Cinema Novo no Brasil.

Ao analisar a história das secas no Nordeste brasileiro nos séculos XIX e XX, Marco Antônio Villa (2001), revela o descaso a que foi submetida a população da região nos momentos de enfrentar “o flagelo”, marcados pelo desespero, omissão governamental, corrupção, luta, mas também pela solidariedade.

Apesar de a seca ser realmente um problema grave, em algumas regiões como no Norte do Piauí, a problemática se constituiu mais na ausência de uma política de recursos

hídricos, de abastecimento e distribuição de água, do que necessariamente de ausência frequente de chuva.

Autoridades e governos de todos os níveis, que tinham o dever de amenizar a situação dos flagelados que sofriam sob os efeitos da seca, pareciam mais preocupados em tirar dela o melhor proveito, o que reflete a hipocrisia em face a gravidade do problema por parte de setores importantes da sociedade brasileira.

Na historiografia sobre seca no Piauí, destacam-se os estudos de Maria Mafalda Baldoíno de Araújo (1991) e Manoel Domingos Neto (1987). Araújo (1991) aborda a relação entre o poder e a seca entre 1877 e 1879 com a intenção de compreender como o governo central e os governos das províncias procuraram responder às “catástrofes sociais” da época, e como as classes dominantes se aproveitaram da ação pública para ampliarem suas bases patrimoniais.

Domingos Neto (1987) desmitifica o discurso da seca como um fenômeno apenas natural, revelando seu lado social, econômico e político, especialmente quando faz referência a construção oficial da existência da seca como forma de adquirir verbas federais, escamotear tanto a inadaptação do caráter de economia rural praticado no Piauí, como a exploração do trabalhador rural.

Ao contrário de reproduzir o discurso cultural e oficial de que a seca é um “castigo da natureza”, simples “flagelo divino”, esses estudos tratam-na como uma questão social, política e econômica. Social, porque a seca é uma das expressões das desigualdades sociais existentes. É política, pois exigiu historicamente do Estado brasileiro recursos e medidas de enfrentamento de seus efeitos ou para a convivência com a mesma. E econômica por atingir determinadas atividades geradoras de riqueza e/ou de sobrevivência, em especial aquelas inadaptáveis ao meio climático da região, mas que ainda se preserva como aspecto cultural.

Na história nordestina, ocorreram ciclos de seca registrados como os mais graves devido a sua duração e consequências trágicas para as populações atingidas. Entre as mais divulgadas tanto na imprensa, como na literatura e nas pesquisas (Marques & Brandim, 2009); (Araujo, 1991); (Domingos Neto, 1987); (Villa, 2001) e (Duarte, 2002), destacam-se: 1788-1789; 1877-1880; 1915-1919; 1930-1932; 1942; 1951-1953 e 1958; 1970 e 1979-1984.

No que se refere às intervenções do Estado no enfrentamento à seca no Piauí, o estudo de Araújo (1991), revela uma prática que mesmo alterando discursos e formas de adoção - a despeito das pesquisas e avanços tecnológicos ocorridos durante o século XX -, ainda hoje se

constitui uma forma de enfrentamento de seus efeitos, isto é, a política paliativa de “Socorros Públicos” existente desde o Império, transformando-se ao longo do tempo em “Frentes de serviços”, “Frentes de emergência” no século XX, e “Bolsa estiagem” no XXI.

Nesse sentido, foi com base na realidade divulgada e estudada sobre os efeitos naturais, sociais, econômicos e políticos da estiagem historicamente ocorrida no Piauí que surgiu o interesse em investigar como os gestores da cidade de Campo Maior-PI, durante as décadas de 1940 e 1950¹, reconheceram e enfrentaram os efeitos do fenômeno da seca no município.

Tal recorte temporal se justifica pelo fato de que nestas décadas ocorreram períodos prolongados de estiagem com sérias consequências sociais e econômicas, a exemplo dos anos de 1942, 1951-53 e 1958, período que Campo Maior ingressa oficialmente no polígono das secas. Ademais, essa época também foi considerada como próspera economicamente para a cidade de Campo Maior devido à extração e o comércio da cera de carnaúba.

A SOLUÇÃO HÍDRICA: BARRAGENS, AÇUDES, POÇOS E CHAFARIZES

Campo Maior fica localizada a 84 quilômetros de Teresina, numa região formada por campos e chapadas. É costeada por vários rios intermitentes (temporários) como: Rio Jenipapo, Longá, Surubim, Titara, e riachos como: Longazinho, Pontilhão, Jatobá, Angelim, Pintadas, Camaleão, Salubre e as lagoas de Búfalo, Sucurujá e Olaria. Até 1960 possuía 02 açudes e 10 barragens. Outro aspecto que caracteriza essa região é o clima tropical seco e quente, além da vegetação da caatinga que após o período chuvoso faz com que as árvores perdam as folhas ficando com aspecto mórbido.

¹ Na década de 1950 era grande o número de migrantes que chegavam à capital Teresina, vindo de diferentes cidades do Piauí e até mesmo de outros Estados, como o Ceará em busca de auxílio, fugindo da seca. Os chamados “flagelados” se faziam tão presentes no cenário urbano da cidade que foi necessário o governo estadual implementar medidas paliativas de ajuda aos recém-chegados (SANTOS, 2017). Nesse período, a seca era um fenômeno que assolava não só o Piauí, mas também outras regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, fazendo com que muitas pessoas migrassem dos seus Estados de origem em busca de sobrevivência.



Figura 01 Localização de Campo Maior no mapa do Piauí

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Maior_\(Piau%C3%AD\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Maior_(Piau%C3%AD)) Acesso: 02 dez. 2017.

Como efeito do clima e da vegetação, Campo Maior está situada numa região onde períodos de estiagem ou seca são cíclicos e, portanto, previsíveis. Apesar de existirem registros oficiais no âmbito municipal da existência do fenômeno da seca na década de 1940, Campo Maior foi incluída através da lei 1.348 numa zona classificada pelo governo federal de polígono das secas somente em 1951 (DUARTE, 2002).

Pesquisadores como Domingos Neto (1987) e Araújo (1991), revelam que historicamente, o Piauí, especialmente a região norte do Estado, até 1915, era reconhecida mais como uma zona de refúgio ou de passagem para a população de estados vizinhos atingidos mais bruscamente com a seca do que área afetada. É nesta época que começam surgir nas mensagens oficiais dos governadores do Estado, relatos dramáticos sobre as perdas de produção devido à estiagem. A partir daí, a seca passa efetivamente a ser um fenômeno também piauiense. A luta e a conquista em incluir a região como parte do polígono das secas significava de um lado, a possibilidade de investimentos federais no Estado, como também de apropriação desses mesmos recursos para fins privados.

Campo Maior ingressa na década de 1940 com uma população formada de 30.195 habitantes. Desse total, 12,2% (3.689 pessoas) encontravam-se em área considerada urbana. Tal concentração populacional em Campo Maior se duplica em vinte anos, pois em 1960 a

cidade já perfaz uma população de 56.120 moradores, sendo a população urbana constituída por 13.849 habitantes, representando 24,6% do total.

Tabela 01 Campo Maior: população e concentração urbana

Campo Maior	1940	1950	1960
População total	30.195	39.927	56.120
População urbana	3.689	6.992	13.849

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1940, 1950 e 1960)

Tal aumento demográfico, de certa forma, reflete a relativa “prosperidade” econômica advinda com o extrativismo da cera da carnaúba. Para justificar isso, podemos ver que a receita de Campo Maior nas décadas de 1940 e 1950 só ficava atrás de Parnaíba (segunda maior cidade do Estado) e Teresina (capital). Tanto o extrativismo como as atividades agrícolas e a pecuárias estimulavam o crescimento do comércio local (CHAVES, 2007).

Na década de 1940, a cidade tinha uma imensa zona rural que compreendia os atuais municípios de Jatobá do Piauí, Sigefredo Pacheco, Novo Santo Antônio, Nossa Senhora de Nazaré, Coivaras, Cocal de Telha e Boqueirão do Piauí. Todos faziam parte da zona rural na condição de povoados de Campo Maior, porém já bem mais desenvolvidos que os demais povoados existentes na época.

Nas décadas de 1940 e 1950 os governos municipais além de adotarem medidas emergenciais de enfrentamento aos efeitos da seca, aplicaram medidas consideradas como “solução hidráulica” (DOMINGOS NETO, 1987), isto é, a construção de barragens estruturais e de aterro, açudes e perfuração de poços tubulares.

Tais construções de reservatórios e medidas de emergência, apesar de serem vistas como de caráter distinto, complementam-se, pois foram realizadas de forma simultânea durante os governos municipais nos períodos de estiagem em Campo Maior.

Na verdade, tais iniciativas sejam elas de emergência, sejam elas consideradas estruturais, tiveram quase sempre a mesma motivação: o enfrentamento da seca além de serem usadas como recurso que atenderam principalmente os interesses dos grandes proprietários. Ademais, as obras que envolviam a construção de ruas, praças, edifícios públicos, estradas, barragens e açudes com a intenção de gerar serviços emergenciais à

população, tinha um ritmo que obedecia ao contexto definido nos discursos oficiais e não necessariamente somente às calamidades sociais.

As construções das barragens nas zonas urbana e rural tinham, segundo discurso oficial, o objetivo de acumular água para o abastecimento das necessidades mais urgentes da sociedade, como também para ter um local que os animais pudessem encontrar água. Além disso, essas fontes de águas poderiam ser usadas para irrigação das atividades agrícolas no período da seca. Entretanto, as ações concretizadas apresentaram-se mais preocupadas em atender os interesses dos grandes proprietários de terra e gado, revelando a parcialidade dos gestores públicos nesse contexto.

As barragens foram construídas em diferentes localidades do município de Campo Maior: onde atualmente é denominada de Extremas, Intã, Boa Vista, Baixa Grande, Cana Brava (atualmente pertencente ao município de Jatobá do Piauí) e Data Conceição. (DECRETOS-LEI, 24 de 1942); (LEI, 92 de 1950; 46 de 1951; 99 de 1951; 100 de 1951); (PROJETO- LEI, 128, 148, 156, 159, 161,190 de 1951 a 1952).

Tais regiões foram escolhidas para abastecer os grandes rebanhos de gado dos fazendeiros do município. Segundo os decretos-leis, foram considerados critérios técnicos, como as partes mais profundas dos rios para iniciar as instalações das barragens, entretanto, dentre estas obras construídas pelo governo municipal, apenas a barragem do Surubim fica localizada próxima da área urbana.

A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E A AÇUDES

Durante os governos municipais das décadas de 1940 e 1950, Campo Maior passou por sucessivas construções de barragens, açudes e chafarizes. Todas as obras tiveram significância fundamental para algumas atividades exercidas na zona rural, principalmente a pecuária. As obras aprovadas pelos representantes da câmara e sancionadas pelo poder executivo de Campo Maior, foram as barragens construídas no Rio Longá, no Rio Canoa, no Riacho Esperança, no Riacho da Mata Fria, além do Riacho da Alegria, todas elas de certa medida trouxeram mudanças significativas para as regiões onde foram implantadas, seja possibilitando que o pequeno agricultor pudesse criar alguns animais como cabras e porcos, seja favorecendo a ampliação das plantações irrigadas e dos currais dos latifundiários das localidades beneficiadas.

A barragem do Longá, decretada pelo artigo 1º do decreto nº 24 e publicado em 19 de novembro de 1942, destinava uma verba na quantia de Cr\$ 52.000,00 para o término da mesma, pois seria utilizada pelas pessoas da área rural que tinham muitas dificuldades em obtenção do precioso líquido nas localidades que ficavam no seu entorno. Na região que foi construída a barragem do Longá, ficavam estabelecidas grandes fazendas de Campo Maior na direção “quem vai” para a cidade de Barras-PI, e pouquíssimas pessoas moravam ali; na verdade poucos trabalhavam nessas propriedades, residindo como agregados.

Essa situação também ocorria na Barragem das Canoas, localizada na Data Boa Vista deste município, onde “a Câmara autorizou a prefeitura a construir a barragem nesse local com os fins de reter água para abastecer a população e principalmente para uso no período da seca” (LEI, nº100, de janeiro de 1951). Além do que havia um projeto de irrigação para ser feito após a conclusão da obra.

O projeto visava atender aos moradores da Data Boa Vista com campo agrícola, desenvolvendo meios indispensáveis para a sobrevivência nos meses que a seca castigava mais a população. No entanto, o projeto “não saiu do papel”, pois ainda inexistem iniciativas de irrigação até a atualidade naquela região. Além do projeto de irrigação, a barragem tinha por objetivo manter a região com água no período da seca mais prolongada, e nos anos subsequentes em que os invernos fossem ruins.

As obras de muitas dessas barragens foram realizadas através de parcerias dos governos Estaduais e Municipais. Raimundo Nonato Monteiro de Santana, prefeito entre 1951 e 1955, deu continuidade a construção de obras de represa fazendo uma construção em um reservatório de nome “Olho d’água das Piranhas”, localizado no Dois de Fevereiro, hoje, conhecida de Altidão que fica a cerca de 8 km de Campo Maior na estrada liga esta cidade ao município de Cabeceiras-PI.

O reservatório servia para os moradores levarem os animais para beberem e para as mulheres lavarem roupas e tomarem banho, pois era o único local daquela região que tinha água no período da estiagem. Em decorrência da seca, outras obras de grande importância foram construídas pela Prefeitura Municipal de Campo Maior, como a construção da barragem submersível no riacho Esperança, no lugar Extremas... [...]. (A. P. C. M. Projeto-lei de nº148 do livro de leis municipais dos anos de 1951-1952).

Segundo discurso oficial, o objetivo do poder municipal era diminuir a distância para a população da região e circunvizinha, podendo estas terem acesso à água nos meses de

seca, pois as barragens eram isoladas umas das outras nesta área do município, sendo esse o motivo da construção de um reservatório no Olho d'água das Piranhas, e a barragem do Riacho Esperanças, e mesmo sendo autorizado o poder público municipal

[...] a construir diversas barragens no município, não se descuidou o prefeito em providenciar a respeito. Infelizmente, por causa da falta de numerários, só nos é dado construir uma delas, isto contando com o dinheiro da cera que estava atrasado. Por este motivo, preocupado com a situação da seca, o executivo resolveu iniciá-la pela, o que atende interesses mais gerais [...]. (A. P. P. M. Projeto- lei de nº46 do livro de leis municipais de 1951-1952).

Apesar de ter sido aberto o crédito de Cr\$ 283.112,00, de acordo com o Projeto-Lei nº 190 da Câmara, presente nos arquivos de 1951-1952, a obra nunca foi construída para atender a população com urgência naquele setor. Outra barragem construída, considerada de grande porte no interior do município de Campo Maior, denominada de Mata Fria na localidade Cana Brava, ficava situada na Data Olho d'água, região desmembrada de Campo Maior em 1995, atualmente pertencente a Jatobá do Piauí.

A Barragem do Olho d'água teve um auxílio de Cr\$10.000,00 na construção como consta na lei nº161, do livro de lei de 1951-1952. Esta verba ficou a cargo do senhor Ernesto Pereira dos Santos, o qual era quem recebia o dinheiro para pagar os trabalhadores da obra. Uma coisa que devemos observar é que a própria lei também faz menção à cooperação de outros fazendeiros que participavam dessas obras, especialmente pelo fato de todas serem construídas em propriedades particulares ou a elas favorecerem.

As barragens de Aterros eram uma forma mais simples de reter as águas das poucas chuvas que caíam por “essas bandas”, e por esse motivo, o legislativo autorizou o poder executivo através da lei nº159, do livro de leis de 1951-1952, a fazer a obra desse tipo. Ademais, tais barragens constituíam um custo mais baixo para a prefeitura, pois neste caso só entrava com a contrapartida na construção dessas obras, justificando e legitimando, assim o fato dessas barragens serem feitas em propriedades particulares.

A primeira foi executada na propriedade do senhor João da Mata Oliveira que residia na localidade conhecida de Data Conceição e teve o auxílio dos moradores na construção que direta ou indiretamente iria servir aos mesmos. Entretanto, a prefeitura auxiliou com Cr\$ 10.000,00, na construção. A Data Conceição ficava situada na região de caatinga, onde as dificuldades em encontrar água ou que houvesse chuva era muito difícil, principalmente por causa do fator climático e da vegetação da região que já possui característica predominante a seca.

Outra barragem de aterro foi construída no lugar chamado de Baixa Grande, na propriedade do senhor Eulálio José Gonçalves. Para essa obra, a prefeitura concedeu a ajuda de Cr\$ 10.000,00. O Projeto-lei nº 156, do livro de leis municipais de 1951-1952. Chama atenção para a participação dos fazendeiros.

Segundo Domingos Neto (1987), grande parte das barragens de aterro e açudes construídos em regime de cooperação ou ainda com crédito subsidiado, valorizava as grandes propriedades. Ademais, a mão de obra constituída de “flagelados”, sempre foi abundante e barata em épocas de crise.

Parte dos recursos dos governos municipais nas décadas de 1940 e 1950 atendiam exclusivamente as necessidades das fazendas, servindo de melhoramento para as grandes propriedades e reforçando a distribuição desigual de recursos empregados em áreas ou para segmentos populacionais afetados pela seca e assim, nesse período, “quem tem terra passa a ter alguma chance de valorizá-la. Não é este o caso da maioria dos flagelados que não dispões de terra alguma” (DOMINGOS NETO, 1987, p. 90).

O regime de cooperação entre fazendeiros e prefeitura se deu também em obras de pequeno porte, e teoricamente de mais fácil acesso para a população. Como é o caso dos açudes. A açudagem, nos seus pressupostos, assegura água para a população e animais. Ambos usam as águas dos açudes pra beberem além de utilizá-las na irrigação. No entanto, a açudagem no município de Campo Maior era mais aplicada para a criação de gado, como fica bastante claro nesse documento,

O Sr. Erasmo Leite, num gesto muito louvável se propôs a tarefa de construí à custa dele, um açude no lugar denominado Lagoa Grande, em terras deste patrimônio municipal. Como se sabe, este lugar é ponto de confluência de uma enorme parte da criação de gado de toda espécie de nosso município e, só pela estação invernososa aquele local tem água suficiente para atender as necessidades da referida criação. Na seca, o gado que pasta nas circunvizinhanças do local onde será construído o açude tem que beber ou, na barragem do Alegre ou no açude dessa cidade. Tal fato, pela imposição de uma longa caminhada para o gado, perdendo dias sem pastos, vem ocasionando sério prejuízo a nossa principal fonte de riqueza [...]. (A. P. C. M. Projeto- lei n 240, de 21 de outubro de 1952).

Tal iniciativa corrobora com a tese de que a construções de reservatórios serviram especialmente para a criação de gado. Desta forma, o armazenamento de água praticamente não foi utilizado na irrigação. Não melhorou as condições da lavoura, porém garantiu o bebedouro para o gado que podia se deslocar até a água. Segundo Domingos Neto (1987), estando a produção agrícola nas mãos dos pequenos proprietários ou posseiros, e a pecuária sendo basicamente uma atividade de médio e grande proprietários, a açudagem, do ponto de

vista do benefício econômico direto, interessou principalmente aos latifundiários. E quanto à área urbana, que medidas estruturais foram adotadas para o abastecimento de água à população em durante e após períodos de estiagem?

POÇOS E CHAFARIZES

Campo Maior nas décadas de quarenta e cinquenta não tinha um sistema de abastecimento de água na zona urbana. A população utilizava as águas do Açude Grande (localizado no centro da cidade) para beber, tomar banho, lavar roupas e outras funções em casa. Essa água era trazida nas costas de animais para ser distribuída de casa em casa (CHAVES, 2007).

Apesar da barragem no Rio Surubim, que ficava às margens do centro da cidade e custou para os cofres públicos cerca de cinquenta e dois mil cruzeiros (Cr\$ 52.000), como ficou estabelecido no decreto- lei nº24, datado de 19 de novembro de 1942, esta teve pouca utilidade, ou melhor, ficou sendo utilizada apenas para lavar roupas, dar água para os animais que eram criados dentro da cidade, além de servir para práticas de lazer, como banhos nos finais de semana.

Foi a partir de 1950 que foi implantado outro sistema para abastecer a população campomaiorense: os chafarizes, instalados por várias partes da cidade. Entretanto, esse sistema só foi possível graças às pesquisas subterrâneas iniciadas em 1945 entre o governo do Estado do Piauí e a Prefeitura Municipal de Campo Maior.

As pesquisas de águas subterrâneas feitas em nosso Estado nos últimos anos, em resultado o encontro de lençóis artesianos, isso nos abriu uma larga perspectiva para solucionar a falta desse precioso líquido [água] que tanto angustia nossa população durante as épocas das estiagens. Será de grande benefício coletivo que, a exemplo de iniciativas do governo estadual e até de particulares, a prefeitura municipal venha a se aparelhar para realizar, no município pesquisa daquela natureza, por meio de intensivas perfurações. (A. P. P. M. Decreto- lei nº101, de 01 de agosto de 1945).

O decreto-lei nº101 estabeleceu uma parceria dos poderes públicos com fins de encontrar água no subsolo piauiense, e assim, poderiam amenizar o sofrimento da população devido a seca que vinha assolando o município de Campo Maior. Segundo o discurso oficial, os poços e os chafarizes foram criados para disponibilizar uma água de melhor qualidade para a população.

Os chafarizes foram instalados dentro do perímetro urbano de Campo Maior com o objetivo de “distribuir gratuitamente água para a população que morava na zona urbana e suburbana, respeitando os interesses e as necessidades dos habitantes”. (LEI nº 99, de 19 de janeiro de 1951).

Cada chafariz era constituído de uma bomba [que na época chamada de bomba de sucção e elevação] juntamente com motor à gasolina, com capacidade de “mil litros d’água por hora, ligado a um reservatório com capacidade para dez mil litros de água”. (LEI nº 99, de janeiro de 1951). Tais poços são utilizados como forma de abastecimento de água da cidade até os dias atuais. Segundo dados fornecidos pelo SAAE (Sistema Autônomo de Água e Esgoto) de Campo Maior, existem atualmente 110 poços sobre a rede de abastecimento de água do SAAE na área rural de Campo Maior, sendo que 68 são de exclusividade do próprio órgão, e 42 poços são de parceria entre particulares e a empresa.

Com relação à área urbana, o SAAE atualmente tem 31 poços perfurados, sendo que 16 estão desativados e apenas 14 estão em funcionamento para o abastecimento de água da população da cidade. 04 destes 14 poços são particulares e estão emprestados ao SAAE para aumentar a capacidade de vazam no abastecimento dos povos da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo que pretendia instigar com este texto relaciona-se ao preenchimento da lacuna na historiografia campomaiorense sobre a temática da gestão da seca em Campo Maior nas décadas de 1940 e 1950, e seus diferentes efeitos ocorridos nesse município dentro do contexto da seca, uma vez que as produções que abordam tais temáticas estão encontradas basicamente nas obras *O Poder e a Seca*, de Maria Mafalda Balduino de Araújo (1991), *Seca Seculorum*, de Manuel Domingos Neto (1987), *A Seca de 1958*, de Renato Duarte (2002) que tratam das medidas paliativas adotadas.

As frentes de emergências criadas se deram basicamente com o intuito de amenizar as necessidades mais urgentes da população de Campo maior, como também, para realizar obras de infraestrutura na área urbana como a construção de poços e chafarizes e serviço de pavimentação além de barragens na zona rural, que em alguns casos não estavam devidamente planejadas para a época, e também situadas em locais inapropriadas para utilização coletiva.

Com a aplicação da “solução hidráulica”, no Piauí, aparece de forma bastante nítida o conteúdo ideológico desta proposta, profundamente conectada aos interesses do privilégio exclusivo. Isso, porque a preocupação com a água manifesta-se essencialmente no propósito de ampliar sua oferta. Em Campo Maior, como a água sempre foi efetivamente mais abundante, a solução hidráulica não implicou qualquer esforço no sentido do aproveitamento e conservação dos recursos existentes.

Para ser coerente, a ação no domínio dos recursos hídricos deveria ter sido orientada no município de Campo Maior no sentido do aproveitamento e conservação daquilo que se reputava como sendo o grande entrave à economia agropastoril do município. Afinal, se o problema era a água, por que não cuidar dos recursos existentes, em vez de apenas insistir em ampliá-los? Efetivamente, antes de qualquer interesse pela preservação e boa utilização dos recursos naturais, estas obras embora tenham sido usadas para proporcionar um melhor abastecimento de água a população rural e urbana foram em parte planejadas na intenção de beneficiar os grandes fazendeiros proprietários de terras desse município.

FONTES

Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Campo Maior-PI

Decreto-Lei Nº 24, de 19 de Novembro de 1942.

Lei Nº 101, de 01 de Agosto de 1945.

Lei Nº 148, do livro de Leis de 1981-52.

Lei Nº 161, do livro de Leis de 1951-52.

Arquivo Público da Câmara Municipal de Campo Maior-PI

Lei Nº 103, de 10 de Março de 1961.

Lei Nº 99, de Janeiro 1951.

Lei Nº 92, de 16 de Dezembro de 1950.

Lei Nº 100, de 19 de Janeiro de 1951.

Projeto-Lei Nº 159, do livro de Leis de 1951-52.

Projeto-Lei Nº 156, do livro de Leis de 1951-52.

Projeto-Lei Nº 148, do livro de Leis de 1981-52.

Projeto-Lei Nº 240, do livro de Leis de 1951-52.

Projeto-Lei Nº 167, do livro de Leis de 1951-52.

Projeto-Lei Nº 140, do livro de Leis de 1951-52.

Projeto-Lei Nº 171, do livro de Leis de 1951-52.

Projeto-Lei Nº 46, do livro de Leis de 1951-52.

Biblioteca Virtual do IBGE

Censo Demográfico de 1940

Censo Demográfico de 1950

Censo Demográfico de 1960

REFERÊNCIAS BIBLIOGRFICAS

ARAÚJO, Maria Malfada Balduino de. **O poder e a seca de (1877 a 1879) no Piauí.** Teresina: Academia piauiense de Letras, 1991.

BURITI, Catarina de Oliveira & AGUIAR, José Otávio. **Natureza e Cultura nos domínios de Clio: as secas e outras representações das paisagens semiáridas na historiografia ambiental.** Belo Horizonte: Caderno de História, Vol. 13,1º, 2008.

CHAVES, Celson Gonçalves. **Urbanização em Campo Maior, 1930 a 1970.** Campo Maior: Edição do Autor, 2007.

DOMINGOS NETO, Manual. **Seca Seculorum: Flagelo e Mito na Economia Rural Piauiense,** 2 ed. Teresina, Fundação CEPRO, 1987.

DUARTE, Renato. Um tipo singular de desemprego massivo: o caso dos flagelados das secas no semi-árido nordestino. **Revista da ABET**, V II, nº 1, 2002.

MARQUES, Elimária Costa & BRANDIM, Vivian de Aquino Silva. **Frentes de combate à seca no Piauí: esperança, tristezas e realidades na década de 1970.** Fortaleza: UFC, 2009.

PINTO, Josefa Eliane S. de S.; AGUIAR NETTO, Antenor de O. **Clima, geografia e seca: uma abordagem interdisciplinar.** São Cristóvão: Editora UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas.** Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, Maurício Feitosa dos. Seca, migrações e pobreza no centenário de Teresina: narrativas e crítica social sob o olhar da imprensa. **Tempos Históricos.** Volume 21. 1º Semestre de 2017, p. 154-183.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e Morte no Sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX.** São Paulo: Ática, 2001.

Artigo recebido em outubro de 2017. Aprovado em fevereiro de 2018.